

## **ATA DA REUNIÃO DA 2ª JUNTA DE JULGAMENTO DE RECURSOS DO CONSEMA - 28/11/2025.**

Ao vigésimo oitavo dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniram-se os membros da 2ª Junta de Julgamento de Recursos do CONSEMA, por VIDEOCONFERÊNCIA, nos termos do Ofício Circular CONSEMA nº 28/2025. Compareceram- Raony Cristiano Berto, representante da Procuradoria Geral do Estado - PGE; Alexandre Ferramosca Netto, representante do Instituto Ação Verde – IAV; Fernando Ribeiro Teixeira, representante do Instituto Ecológico e Sócio Cultural da Bacia Platina – IESCBAP; André Zortéa Antunes, representante da Associação dos Produtores Rurais da APA Estadual Nascentes Do Rio Paraguai – APRAPA e Rafael Sabo Mendes Burlamaqui, representante da Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM. Com o quórum formado, o Presidente iniciou a reunião. **Processo nº 8090/2022 - Interessado: Junp Indústria - Relator: Anderson Martinis Lombardi– SEDEC - Advogado: Thienetz Pedroso Lemes Pinto– OAB/MT 15.437 - Catiane Felix Cardoso de Souza — OAB/MT 14.131. Auto de infração nº22043548 de 08/03/2022. Termo de embargo nº22044394 de 08/03/2022.** O representante da APRAPA solicitou vista do referido processo! **Processo nº 247332/2020 – Interessada: Izabel Cristina Rampeloto De Moraes - Relatora: Jéssica Alves – IBAMA - Advogado: Fernando Henrique Cesar Leitão – 13.592. Auto de infração nº20163074/D de 08/07/2020. Termo de embargo nº20164034/D de 08/07/2020. Relatório técnico de inspeção nº211/20/DUDRONDON/SEMA/MT.** Por suprimir 65,4920 hectares de vegetação nativa, sendo que destes 3,9284 hectares ocorreu em Área de Reserva Legal (ARL), sem autorização do órgão ambiental competente nos termos do Relatório técnico de inspeção nº211/20/DUDRONDON/SEMA/MT. Decisão administrativa nº4031/SGPA/SEMA/2022, homologada em 18/11/2022. Arbitrado contra a autuada a penalidade administrativa de Multas somadas no valor de R\$38.111,08 (trinta e oito mil, cento e onze reais e oito centavos), com fulcro no artigo 511 e 53 do Decreto Federal nº6.514/2008, bem como pela manutenção do embargo. Requereu o recorrente a anulação da decisão administrativa e apreciação de todos pedidos formalizados. Voto da relatora para que o processo retorne a fase instrutória para que seja realizado nova decisão de primeira instancia ou retificação da decisão anteriormente proferida. O representante do INSTITUTO AÇÃO VERDE absteve-se do voto. Vistos, relatados e discutidos. Decidiram, por maioria, nos termos da relatora, para que o processo retorne a fase instrutória para que seja realizado nova decisão de primeira instancia ou retificação da decisão anteriormente proferida. **Processo nº 292189/2020 - Interessado: Rodobens Negócios Imobiliários S/A - Relator: Anderson Martinis Lombardi– SEDEC - advogado: Cesar Augusto Soares da Silva Júnior – OAB/MT – 13.034. Auto de infração nº20013137 de 03/07/2020. Auto de inspeção nº2001060 de 09/06/2020.** Item 1 - Por operar estação de tratamento de efluentes – ETE Rios de Cuiabá em desacordo com a licença obtida e em desacordo com os padrões de lançamento de efluentes. Item 2 – Por lançar efluentes líquidos sem portaria de outorga para nas coordenadas geográficas 15°36'32.51"S/56°00'59"W e em desacordo com os parâmetros estabelecidos em leis, conforme Auto de inspeção nº20011060, BOLETIM DE ANALISE Nº08/2020/GLAB/CMAA/SURH/SEMA e RT nº067/CFE/SUF/SEMA. Decisão administrativa nº0260/SGPA/SEMA/2023, homologada em 27/06/2024. Aplicada contra a autuada a penalidade administrativa de multas somadas no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais, com fulcro nos artigos 66 e 62 do Decreto Federal nº6.514/2008. Requer o recorrente a nulidade do auto de infração diante da ilegitimidade verificada. Voto relator pela manutenção integral da decisão administrativa nº0260/SGPA/SEMA/2023. O representante da APRAPA se absteve do voto por impedimento/suspeição. Vistos, relatados e discutidos.

Decidiram, por maioria, nos termos do voto relator pela manutenção integral da decisão administrativa, aplicado contra a autuada a penalidade administrativa de multas somadas no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais, com fulcro nos artigos 66 e 62 do Decreto Federal nº6.514/2008. **Processo nº 457248/2020 - Interessado: Hugo Junqueira - Relator: André Zortéa Antunes – APRAPA - Advogado: Dayanne Alves Ribeiro – OAB/MT 36.212. Auto de infração nº200432499 de 26/11/2020. Termo de embargo nº200442012 de 26/11/2020. Relatório técnico nº1409/GPFCD/CFFL/SUF/SEMA/2020.** 1- Por fazer funcionar atividade (pecuária) utilizadora de recursos ambientais, considerada efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização do órgão ambiental competente, conforme descrito no relatório técnico nº1409/GPF/CDFF/SLF/SEMA/2020. 2- Por descumprir embargo/interdição de atividade de pecuária e suas respectivas áreas, conforme descrito no relatório técnico nº 1409/GPF/CDFF/SLF/SEMA/2020. 3- Por impedir ou dificultar a regeneração natural em 1.853,88 hectares de florestas ou demais formas de vegetação nativa, conforme descrito no relatório técnico nº 1409/GPF/CDFF/SLF/SEMA/2020. Decisão administrativa nº283/SGPA/SEMA/2022, homologada em 07/02/2022. Arbitrado contra o autuado a penalidade administrativa de multas somadas no valor de R\$9.335.000,00 (nove milhões, trezentos e trinta e cinco reais), bem como pela manutenção do embargo, com fulcro nos artigos 66, 79 e 48 do Decreto Federal 6.514/2008. Requer o recorrente pela nulidade do auto de infração. Voto relator preliminar pelo conhecimento do Recurso Administrativo e pelo seu parcial provimento, reconhecendo a ocorrência de prescrição quinquenal/punitiva quanto aos itens “2” e “3” da autuação, com a reforma da decisão administrativa nº 283/SGPA/SEMA/2022 e a anulação parcial do Auto de Infração nº200432499 e seus acessórios; e, quanto ao item “1”, pela manutenção da autuação, com redução do valor da penalidade para R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Vistos, relatados e discutidos. Decidiram, por unanimidade, nos termos do relator pelo PARCIAL PROVIMENTO, reconhecendo a ocorrência de prescrição quinquenal/punitiva quanto aos itens “2” e “3” da autuação, com a reforma da decisão administrativa nº 283/SGPA/SEMA/2022 e a anulação parcial do Auto de Infração nº200432499 e seus acessórios; e, quanto ao item “1”, pela manutenção da autuação, com redução do valor da penalidade para R\$ 10.000,00 (dez mil reais). **Processo nº 455391/2020 - Interessado: Maria Aparecida Silva - Relator: André Zortéa Antunes – APRAPA - Advogado: Jayme Pazeto Medeiros – OAB/MT – 13.817. Auto de infração nº200432482 de 25/11/2020. Termo de embargo nº20441996 de 25/11/2020. Relatório técnico nº1391/GPFCD/CFFL/SUF/SEMA/2020.** Item 1 – Por desmatar a corte raso 36,86 ha de vegetação nativa em área de reserva legal, sem autorização do órgão ambiental competente, conforme descrito no Relatório técnico nº1391/GPFCD/CFFL/SUF/SEMA/2020. Item 2 – Por desmatar a corte raso 80,84 ha de vegetação nativa, fora da área da área de reserva legal, sem autorização do órgão ambiental competente, conforme Relatório técnico nº1391/GPFCD/CFFL/SUF/SEMA/2020. Decisão administrativa nº2007/SGPA/SEMA/2024, homologada em 16/01/2025. Arbitrado contra o autuado a penalidade administrativa de multas somadas no valor de R\$265.142,00 (duzentos e sessenta e cinco mil, cento e quarenta e dois reais), com fulcro nos artigos 51 e 52 do Decreto Federal nº6.514/2008 e manutenção do termo de embargo. Requer o recorrente que seja declarado a nulidade do auto de infração. Voto relator conhece do recurso para dar-lhe provimento e declarar a ilegitimidade passiva da autuada, reformando a decisão administrativa e anulando o auto de infração. Vistos, relatados e discutidos. Decidiram, por unanimidade, nos termos do voto relator para declarar ilegitimidade passiva do autuado. **Processo nº 297272/2020 - Interessado: Jailson Zanette - Relator: Alexandre Ferramosca Netto – AÇÃO VERDE - Advogados: Daniella Gonçalves Ferreira – OAB/MT 21.397 - Paulo Vinício Porto de**

**Aquino – OAB/MT – 14.250. Auto de infração nº200431171 de 28/07/2020. Termo de embargo 200441145 de 28/07/2020. Relatório técnico nº861GPFCD/CFFL/SUF/SEMA/2020.** Por desmatar a corte raso, no ano de 2020, 1,80 hectares de vegetação nativa em área objeto de especial preservação, conforme Relatório técnico nº861GPFCD/CFFL/SUF/SEMA/2020. Decisão administrativa nº185/SGPA/SEMA/2025, homologada em 19/03/2025. Arbitrado contra o autuado a penalidade administrativa de multa no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais) por hectare de vegetação nativa desmatada que, totalizando 1.796156 ha, resulta no valor de R\$8.980,78 (oito mil, novecentos e oitenta reais e setenta e oito centavos), com fulcro no artigo 50 do Decreto Federal nº6.514/2008, bem como pela manutenção do termo de embargo. Requer o recorrente pela anulação do auto de infração e do termo de embargo. Voto relator conhece do recurso para dar-lhe parcial provimento para adequar o valor da multa aplicada, com sua adequação a extensão real da área efetivamente desmatada, de 0,95 hectares, resultando na penalidade de R\$ 4.750,00 (quatro mil setecentos e cinquenta reais), mantendo-se o TERMO DE EMBARGO/INTERDIÇÃO nº200441145 de 28/07/2020. Vistos, relatados e discutidos. Decidiram, por unanimidade, nos termos do relator para dar-lhe parcial provimento para adequar o valor da multa aplicada, resultando na penalidade de R\$ 4.750,00 (quatro mil setecentos e cinquenta reais) e mantendo-se o termo de embargo. **Processo nº 158389/2021 - Interessado: Laércio Bruno Falavinhas/A - Relator: André Zortéa Antunes – APRAPA - Advogado: Pedro Felipe Andrade Silva Vieira – OAB/MT – 27.757. Auto de infração nº21033829 de 20/04/2021.** Por deixar de atender as exigências legais ou regulamentares quando devidamente pela autoridade ambiental competente no prazo concedido visando a regularização, correção ou adoção de medidas de controle para cessar a degradação ambiental, conforme termo de ajustamento de conduta ambiental nº6939/2011 e notificação nº152330/CRA/SRMA/2021. Decisão administrativa nº1824/SGPA/SEMA/2023, homologado em 31/07/2023. Arbitrado contra o autuado a penalidade administrativa de multa no valor de R\$33.180,00 (trinta e três mil, cento e oitenta reais), por deixar de atender exigências legais ou regulamentares quando devidamente notificado pela autoridade ambiental competente, com fulcro no artigo 80 do Decreto Federal nº6.514/2008. Requer o recorrente que seja declarado a extinção do auto de infração e das penalidades dele decorrentes. Voto relator conhece do recurso para negar-lhe provimento, mantendo-se incólume a decisão administrativa nº1824/SGPA/SEMA/2023. Vistos, relatados e discutidos. Decidiram, por unanimidade, nos termos do relator, pela manutenção da decisão administrativa nº1824/SGPA/SEMA/2023, arbitrando contra o autuado a penalidade administrativa de multa no valor de R\$33.180,00 (trinta e três mil, cento e oitenta reais), com fulcro no artigo 80 do Decreto Federal nº6.514/2008.

**Fernando Ribeiro Teixeira**  
**Presidente 2ª JIR**